

Os empresários ameaçam deixar o pacto

Para tentar impedir que o Congresso adote medidas que possam gerar ônus excessivo para a classe empresarial e garantir um controle mais firme do déficit público, o governo e os empresários estão dispostos a constituir uma frente de atuação política. A informação foi dada ontem por uma fonte do Palácio do Planalto. Segundo se comenta no Palácio, existe hoje uma consciência nacional de que é preciso reduzir drasticamente o déficit público, sem o que não se vai conseguir nem a estabilização de preços e nem o ajustamento da economia do País.

A informação foi confirmada indiretamente pelo presidente da Associação Commercial de São Paulo, Romeu Trussardi Filho, e pelo vice-presidente da Confederação Nacional do Comércio (CNI), Luís Eulálio de Bueno Vidigal Filho (grupo Cobrasma). Trussardi Filho disse que a permanência do empresariado nas reuniões do pacto social dependerá da manutenção, pelo Congresso, do orçamento proposto pelo governo federal para 1989, que prevê um déficit público próximo de zero. "Se os congressistas comprometerem esse objetivo, de nada adiantará o nosso sacrifício", disse Trussardi Filho. Luís Eulálio foi mais direto: os empresários deverão renunciar ao pacto social caso o Orçamento Geral da União para 1989 projete um déficit acima de zero por cento.

"Durante as negociações entre governo, empresários e trabalhadores ficou claro que o completo saneamento das finanças públicas era uma condição para o bom andamento do pacto social", disse Vidigal, argumentando que "não haverá como exigir que as indústrias contenham seus preços se a União antecipar um déficit em suas próprias contas". O empresário participou ontem de uma reunião do conselho de representantes da CNI, em Brasília, em que foi definida a "urgente" necessidade de que partidos políticos, governadores e prefeitos sejam convocados a aderir ao pacto social antiinflação, sob pena de inviabilização das metas que serão definidas para os primeiros meses de 89.

Quem também está preocupado é o senador Albano Franco (PMDB-SE), presidente da CNI. Ele disse que os empresários "estão apavorados" com a redução do prazo de pagamento do IPI planejada pelo governo e com a possibilidade de que governadores e prefeitos, autorizados pela nova Constituição, venham a elevar os impostos que

oneram direta ou indiretamente os produtos industriais e agrícolas (ICM e ISS).

Em São Paulo, o coordenador do Comitê Empresarial da Fiesp, Roberto Della Mana, confirmou que os empresários condicionam sua participação no pacto ao cumprimento, pelo governo, do compromisso de zerar o déficit público. Della Mana considerou "um sucesso" o índice de 26,92% para a inflação de novembro e reafirmou a necessidade de "todos colaborarem no sentido de baixar a inflação". No entanto, disse ser contrário a medidas violentas para punir quem estiver praticando preços acima dos que foram pactuados.

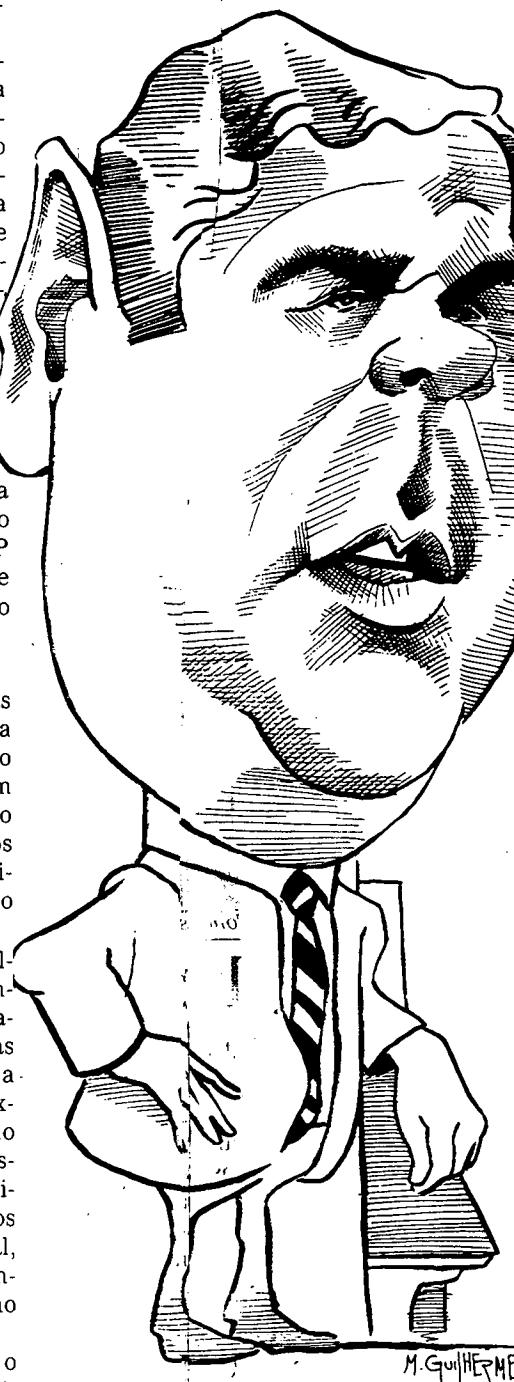
Della Mana afirmou ainda que considera necessário que em janeiro haja novas negociações sobre a política salarial, pois entende que se a inflação continuar caindo, o reajuste pela URP provocará aumento real de salário, que considera incompatível com o desempenho da economia.

Rateio de sacrifícios

O temor do governo quanto às futuras decisões do Congresso (como no caso da rolagem da dívida externa dos Estados, o que afetará o déficit público em 89) tem uma explicação. Através do pacto social, o governo acredita que foi feito um rateio dos sacrifícios necessários para a saída da crise, rateio que teria de ser avaliado pelo Congresso e não contestado.

Ainda segundo o entendimento de altos escalões do Palácio do Planalto, o Congresso não pode, ao exercer suas prerrogativas constitucionais, agravar os problemas do País numa hora em que eles começam a ser equacionados. A rolagem da dívida externa de Estados e municípios, afirma-se no Palácio do Planalto, não pode ter o seu esquema modificado de tal modo que implique maior sobrecarga para os empresários ou para os contribuintes de modo geral, ainda mais levando-se em conta que os empresários terão de suportar um acréscimo na tributação dos seus lucros.

A reunião de ontem da CNI definiu o mês de janeiro como o mais crítico e perigoso para o pacto social, por concentrar uma série de fatores de aquecimento da inflação. Além da redução do prazo de recolhimento do IPI, deverá ser absorvida uma significativa parcela da massa salarial representada pelo 13º salário, numa pressão de demanda que será reforçada por se tratar de um mês de férias.



“O saneamento das finanças públicas era uma das condições do pacto social”